

**Despacho n.º 14 673/2007**

Ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 14.º dos estatutos da MOVIOJEM — Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2001, e em conformidade com o estatuído no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, é exonerado, a seu pedido, o licenciado João Paulo de Loureiro Rebelo do cargo de vogal da direcção daquela Cooperativa, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2007.

31 de Maio de 2007. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

**Despacho n.º 14 674/2007**

Ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 14.º dos estatutos da MOVIOJEM — Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2001, e em conformidade com o estatuído no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, é nomeado presidente da direcção daquela Cooperativa o licenciado João Paulo de Loureiro Rebelo, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2007.

31 de Maio de 2007. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

**Nota curricular**

Nome — João Paulo de Loureiro Rebelo.

Data de nascimento — 18 de Agosto de 1974.

Residência — Edifício Paulo VI, 1.º, C, Rua de Alexandre Herculano, 3510-035 Viseu.

Habilitações literárias — licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto.

Experiência profissional:

Vogal da direcção da MOVIOJEM, C. R. L., desde 15 de Maio de 2006;

Director comercial e director de Recursos Humanos de um grupo empresarial na área do comércio a retalho, de 2004 a 2006;

Director comercial e logístico numa empresa de reciclagem, de 2002 a 2003.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

**Despacho n.º 14 675/2007**

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 11.º e no n.º 1 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, e, ainda, no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 33/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais deste Ministério, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de directora-geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Cultura a mestre Patrícia Maria Simões de Carvalho Salvação Barreto, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e é demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo de que é investida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 9 de Abril de 2007.

12 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

**Nota biográfica**

Patrícia Maria Simões de Carvalho Salvação Barreto, licenciada em Direito, diplomada em Altos Estudos Europeus (vertente Jurídica) no Colégio da Europa, Bruges, e mestre em Direito Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com dissertação sobre «A protecção do património cultural móvel na perspectiva da abolição das fronteiras intracomunitárias», formação em negociação

internacional, técnicas avançadas de negociação internacional e gestão por objectivos.

Experiência académica:

Categoria actual — professora auxiliar convidada;

Regente da disciplina de Direito Comunitário II da licenciatura em Direito, na Universidade Lusíada;

Durante vários anos, regente da disciplina de Economia Internacional e de Sistema Institucional Europeu, do curso de pós-graduação do Instituto de Estudos Europeus, regente da disciplina de Direito Institucional Europeu em cursos de formação de funcionários internacionais; responsável pelo Seminário Política Cultural Internacional do Estado Português, do curso de mestrado em gestão cultural, De Montfort University, Leicester, Inglaterra; responsável pelo seminário sobre o mesmo tema do curso de formação de gestores culturais do Centro Marcel Hicter.

Trabalhos académicos e publicações:

*Direct Applicability and Primacy of European Community Law and the Portuguese Constitution* (em co-autoria), Bruges (1986);

*As Relações entre a Comissão e o Conselho após o Acto Único Europeu; A Livre Circulação de Mercadorias após o Acto Único Europeu; O Conceito de Espaço sem Fronteiras no Tratado de Roma*, Lisboa (1990);

*A Protecção do Património Cultural Móvel num Espaço sem Fronteiras Internas*, Lisboa (1992);

*Colecção de Textos de Direito Comunitário*, versão policopiada com actualização anual;

*O Tratado da União Europeia*, Lisboa (1995);

«Breve incursão pelos requisitos admissibilidade das questões prejudiciais», in *Colecção Anotada de Jurisprudência Comunitária*, Ministério da Justiça (1998);

*O Tratado de Amesterdão*, Lisboa (1998);

*Relatório Intercalar relativo à Revisão da Lei de Bases do Património Cultural Português*, em co-autoria, Lisboa, 1999, Ed. Ministério da Cultura;

«A contribution to the discussion on the possible amendment of § 5 of Article 151 of the Treaty establishing the European Community», Lisboa, 2000, documento produzido no âmbito da Presidência Portuguesa da EU, entre outros.

Até 2007, directora do Gabinete das Relações Culturais Internacionais do Ministério da Cultura e, no exercício dessas funções, coordenadora de várias dezenas de acções de divulgação cultural na Europa, América e Ásia. Presidente da comissão do júri para a atribuição de bolsas de estudo de longa duração no estrangeiro, nas áreas de competência do Ministério da Cultura. Membro da delegação portuguesa às sessões do Conselho da União. Chefe ou membro da delegação portuguesa em inúmeras reuniões internacionais de carácter periódico ou esporádico. Relatora de várias conclusões desses mesmos encontros internacionais. Responsável pela preparação de inúmeras visitas oficiais de membros de governos estrangeiros e coordenadora de várias reuniões multilaterais ocorridas em Portugal.

Presidente do Comité dos Assuntos Culturais do Conselho da União (2000) e membro deste mesmo órgão desde 1991.

Perita nacional, em representação do Governo Português, na negociação do anteprojecto de convenção relativo à salvaguarda do património imaterial e do Projecto Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Artísticas, ambas da UNESCO.

Membro da comissão para a revisão da Lei de Bases do Património Cultural Português; membro da comissão de revisão da Lei do Depósito Legal; vogal da comissão interministerial para os assuntos europeus (CIAC); vogal da comissão interministerial para a cooperação (CIC); membro do conselho geral da comissão nacional da UNESCO; membro do conselho administrativo do Fundo de Fomento Cultural.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 14 676/2007**

O Governo apresentou à Assembleia da República a proposta de lei n.º 81/X, que estabelece o regime comum de mobilidade entre os serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública visando o seu aproveitamento racional e que prevê, no seu artigo 39.º, a existência de uma entidade gestora da mobilidade, responsável pela gestão do pessoal em situação de mobilidade especial.

Embora aquela proposta de lei se encontre ainda em apreciação na Assembleia da República, importa lançar as bases da futura enti-